EMBORNAL
Revista da Associação Nacional de História - Seção Ceará

BNCC E A HISTÓRIA ESCOLAR: MUDANÇAS E CONTINUIDADES NA ESTRUTURA CURRICULAR NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (2015-2021)

Antonia Daniela de Sousa[1]
Viviane Prado Bezerra[2]

RESUMO : A referente pesquisa tem como intuito investigar o Documento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) nos anos finais do ensino fundamental em relação à História escolar, homologado em 2017. A reforma que será impulsionada pela BNCC nos estados ainda é um reflexo de políticas educacionais anteriores, pois, a educação tem assumido um espaço cada vez mais simbólico na sociedade que, consequentemente, quando se trata do currículo tem sido formado por narrativas divergentes, o que tornou a elaboração da BNCC um processo conflituoso na definição de seus conteúdos. Esse fato está em consonância com que Goodson nos coloca como "o *ato de selecionar não é natural"*. Assim, dentro de uma dimensão social, objetivamos refletir sobre a prescrição desta e seu processo de implementação, partindo de uma análise do Documento Curricular Referencial do Ceará (DCRC), que será aprofundado com uma pesquisa de campo realizada com professores do município do Mucambo. Com isso iremos trazer suas mudanças, assim, como suas continuidades, descontruindo a ideia de que um currículo serve apenas como diretrizes. Na verdade, ele fundamenta e opera a prática do ensino. Para tal, faz-se necessária a abordagem do contexto político no qual a construção do documento estava inserida: Desestabilidade política, impeachment e um novo mandato presidencial, que acreditamos que impactou no produto final da BNCC. À luz de outros documentos educacionais, bem como formulários e referencial teórico iremos alimentar essa pesquisa, no sentido de contribuir com novas reflexões.

Palavras chaves: BNCC. História escolar. Currículo. Mudanças. Continuidades.

ABSTRACT: This research aims to investigate the Common National Curriculum Base Document (BNCC) in the final years of elementary education in relation to school history, approved in 2017. The reform that will be promoted by the BNCC in the states is still a reflection of previous educational policies , therefore, education has assumed an increasingly symbolic space in society which, consequently, when it comes to the curriculum has been formed by divergent narratives, which made the elaboration of the BNCC a conflicting process in the definition of its contents. This fact is in line with what Goodson puts us as "the act of selecting is not natural". Thus, within a social dimension, we aim to reflect on its prescription and its implementation process, starting from an analysis of the Reference Curriculum Document of Ceará (DCRC), which will be deepened with a field research carried out with teachers in the municipality of Mucambo. With that, we will bring its changes, as well as its continuities, deconstructing the idea that a curriculum only serves as guidelines. In fact, he founds and operates the practice of teaching. For that, it is necessary to approach the political context in which the

[1] Graduada em Licenciatura em História, pela a Universidade Estadual Vale do Acaraú- UVA, foi bolsista do programa PET. danielasousa0411@gmail.com.
[2] Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense (DINTER UFF/URCA). É professora do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA. Viviane_prado@uvanet.br.

construction of the document was inserted: Political instability, impeachment and a new presidential term, which we believe had an impact on the final product of the BNCC. In light of other educational documents, as well as forms and theoretical framework, we will feed this research, in order to contribute with new reflections.

Keywords: BNCC. School history. Resume. Changes. Continuities.

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa destina-se ao estudo da Base Nacional Comum Curricular, nos anos 2015 a 2021, ajustado a uma análise da História escolar, que promove um debate acerca da nova estrutura educacional. Partindo da premissa de que a BNCC constitui uma nova estrutura revestida de uma velha, buscamos compreender tais ambiguidades dentro do contexto a qual ela estava inserida durante sua construção, logo, não se pode compreendê-la sem conhecer o seu cenário.

Desde 2015, vivemos um cenário complexo de crise política e econômica, várias contrarreformas, em diferentes setores, têm sido encaminhadas, estando nesse quadro à educação, o que se agravou com a pandemia do Coronavírus, Sars Cov- 2, promovendo um mundo de incertezas. O espaço escolar teve que incorporar inovações nessa fase, tecnologias que pouco era utilizado passaram a serem as principais *ferramentas* para a realização do ensino, que sem sombra de dúvida vai ter reflexos no espaço escolar, podendo a vir mudar os resultados da implementação da BNCC.

Quando nos reportamos que a BNCC traz mudanças e, ao mesmo tempo, continuidades, o nosso intuito é fazer provocações sobre o sentindo simbólico da estrutura dessa base, que necessita de reformulações, pois apresenta antigas tradições que já deveriam terem sido superadas, uma vez que, estamos tratando de reforma educacional. O recorte temporal escolhido marca a trajetória do início do debate para a elaboração da BNCC até o momento do estágio de adaptação nas escolas. Em relação ao ensino fundamental, a escolha se deve por ter sido a etapa inicial e tardia para a construção da BNCC.

Esse documento normativo encontra-se estruturado da seguinte maneira: competências gerais, habilidades e eixos temáticos, representado por meio do código alfanumérico, homologado em 2017. Esse modelo se torna padrão do currículo para todos os estados, onde as normas gerais consagradas da base exige a sintonização, tanto

dos currículos estaduais, como os professores, os modelos avaliativos, livro didático e o ensino docente, definindo assim toda a estrutura escolar. Com isso, o aprofundamento de sua prescrição será realizado sobre um olhar em torno da História, tendo em vista os discursos, os conflitos, seus desvios e os sujeitos envolvidos nessa construção.

Além disso, também se investiga a sua reformulação no Ceará, tendo em vista o Documento Curricular Referencial do Ceará (DCRC), que apresenta os reflexos da BNCC contidas em sua prescrição. Para compreender como está acontecendo sua implementação nas escolas, realizamos uma pesquisa de campo, no munícipio Mucambo - Ce, resultado de estudos feitos por meio de formulários constituído por onze questões enviados para quatro professores de História de três escolas da cidade em questão. Nosso objetivo é mostrar as multifaces da reforma curricular que está sendo efetivado, e seus impactos no ensino-aprendizagem.

Como o debate da BNCC ainda é muito fragilizado entre os professores da educação básica no Ceará, onde se restringe muitas das vezes somente às formações, acreditamos que esta investigação permitirá preencher a ausência desse diálogo, trazendo novas reflexões para os professores que se interessarem por essa pesquisa. Espera-se, que esta investigação permita aprimorar os conhecimentos dos docentes sobre a BNCC e contribuía para uma análise mais aprofundada sobre a forma que o ensino de História é representado no documento.

Os resultados dessa análise partem de constatações fruto das fontes utilizadas. Documentos normativos educacionais, como a BNCC, LDB, DCRC, assim como o questionário realizado com os professores do município do Mucambo, constitui a base do texto, onde irá orientar nas reflexões juntamente com os referenciais teóricos. Nas bases de dados consultados e que será relacionada ao tema, destacaram-se autores e leis. Citam-se: Alburquerque (2018); Bourdieu e Passeron (2014); Saviane (2013); Freire (2004); Foucault(1997), Bloch (2001) para integrar e implementar as implicações levantadas durante o processo de elaboração da pesquisa.

Partimos de algumas indagações como: Quais mudanças a BNCC apresentam? Porque vestígio de uma antiga estrutura ainda continua nos currículos depois de tantas reformas? Por que a seleção dos conteúdos de História apresentou tantos conflitos?

Como aconteceu sua efetivação no Estado do Ceará? Qual o impacto de sua implementação na prática escolar do professor? Numa tentativa de preencher essas problematizações, a pesquisa irá se desenvolver utilizando-se de pesquisa empírica e reflexões teóricas. Assim sendo, as reflexões e análises deste trabalho irão reportar uma pesquisa sobre os reflexos da BNCC no ensino da História escolar, em nível fundamental II.

2. BNCC E SEUS IMPACTOS NA EDUCAÇÃO: O QUE MUDOU?

Na educação brasileira não é a primeira vez que ficamos diante de um debate acerca de um currículo nacional, isso já é uma discussão antiga que remonta desde a década de 1990, com ativação das políticas educacionais como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)[3] e Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)[4]. No avançar dos anos 2000, obtivemos uma nova proposta de currículo que vem sendo defendida há muito tempo, resultando na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologado em dezembro de 2017, na portaria nº 1.570 de 22 de dezembro, que vislumbra orientar todo sistema educacional no país. Nesse sentido, objetivamos nesse tópico elencar reflexões que fomente uma nova leitura do universo desse documento normativo localizado no campo da educação.

Inicialmente, faz-se necessário compreender o que é uma Base, e quais os objetivos que os especialistas responsáveis por sua elaboração buscavam atenderem. Foram várias as repercussões sobre a mesma, dado que ela nasce de um discurso que se propunha a solucionar os problemas que afetam a educação. Nesse sentido, a base sugere o "novo", o "inovador", que romperia com um velho sistema, sustentando uma ideia de garantia ao direito à aprendizagem ancorada nos conhecimentos formativos

[3] BRASIL.Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmentros curriculares nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução ao parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC / SEF, 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf . Acesso em: fev em 03 de mar. 2020.
[4] BRASIL.**Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 4. Ed. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2020. Disponível em:https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/572694. Acesso em 09 de out. 2020.

básicos, delimitando uma seleção de saberes tido como essenciais para a formação escolar, reveladas pelas as codificações apresentadas na BNCC. Dessa maneira em sua abordagem surgem algumas variáveis que não estavam presentes nas resoluções anteriores, conforme se encontra em sua prescrição:

> A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). (BRASIL, 2017, p.7)[5]

O cerne dessa questão inicia em 2014, na Conferência Nacional de Educação (CONAE), onde aconteciam reflexões sobre a educação brasileira, tendo as primeiras mobilizações para a criação da Base. A partir daí os debates prosseguiram ganhando forma, resultando em um encontro em junho de 2015, pela comissão de especialistas para colocar adiante esse plano de uma base nacional, que já era fortificado pelo plano nacional de educação de 2006. Nesse sentido, ficam responsáveis pelo documento, 116 especialistas, sendo "os da linha da frente". Com esse movimento, não tarda para os demais resultados.

O Ministério da Educação (MEC), que coordenava esse processo se posicionava defendendo em sua proposta os exames avaliativos, sendo muito conciliatório com as proposta do documento normativo durante todo esse processo. Dito isso, não é de estranhar que desde o início dos debates legislativos prevaleceu à tese de vincular ao Índice de Desenvolvimento de Educação Básica (IDEB).

> BNCC às estratégias que visariam contribuir para atingir metas do IDEB, indicador que é medido por uma combinação entre o fluxo escolar e o desempenho dos alunos nos exames nacionais. Portanto, com o PNE, a BNCC passou a ser considerada por alguns setores como elemento estratégico para a melhoria do rendimento escolar e do desempenho dos estudantes nos exames nacionais, dois elementos básicos da fórmula de cálculo do IDEB. (MELLO;FERREIRA, 2019, p.12)[6]

[5] BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular III Versão**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 20 dez. 2017. Disponível em:http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 15 ago. 2019.

[6] MELLO, Paulo E. D. de; FERREIRA, Angela R. Ensino de História em tempos reacionários: das ―ilusões‖ das prescrições à realidade das proscrições. In: OLIVEIRA, Núcia A. S. de; MORETTO, Samira P. (Orgs.)

Desse modo, com essa vinculação, a BNCC torna-se um produto para atender ao IDEB. Como frisa o autor acima, ela é usada como elemento de estratégia discursiva para ser pensado no "bem comum", no entanto desvia-se para interesses maiores. Seguem-se abaixo, um quadro sobre as três versões do documento da base, que apresenta o processo de sua elaboração e os principais colaboradores do seu debate.

Quadro 1- Processo de elaboração da BNCC

1º Versão	2º Versão	3º Versão
16/09/2015 Disponibilizada a 1ª versão Colaboração: 116 especialistas	03/05/2016 Disponibilizada a 2º versão	06/04/2017 Divulgação da terceira versão do ensino infantil e fundamental.
02 a 15/10 /2015 Dia "D" da BNCC nas escolas	23/06 a 10/08/2016 Seminários nos estados – UNDIME e CONSED, para debater-lhe	15/12/2017 (aprovação) Foram 20 votos a favor e três contrários na votação do conselho de educação
15/ 03/ 2016 (fim das consultas) 12.226.510 milhões de contribuições	14/ 09/ 2016 (fim das contribuições) 25 estados e o Distrito Federal contribuíram com o texto, ficando de fora apenas o Mato Grosso. Contabilizando 9.275 participantes.	22/12/2017 Homologação (Não possui dados precisos sobre o número de contribuintes.)
----------	---------	14/12/2018 Homologação da BNCC do ensino médio

Fonte: Brasil. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/historico. Acesso em: 16 de ago. 2020.

O historiador Marc Bloch (2001) nos ensinou a importância de problematizar um documento ou uma fonte[7], pensando nisso que nos apropriamos do documento da BNCC. Foram várias as mudanças introduzidas pela a mesma, sendo ainda imprecisos os seus resultados, pois cada estado a recebe de maneira diferente, e com o novo Coronavírus que levou as escolas ao ensino remoto[8], retardou sua efetivação. O fato é

Desafios e resistências no Ensino de História. São Leopoldo: Editora Oikos, 2019. Disponível em:https://www.academia.edu . Acesso em : 06 de fev. 2020.

[7] BLOCH, Marc Leopold Benjamim**. Apologia da História ou o Ofício de historiador**. Prefácio, Jacques Le Goff; apresentação á edição brasileira, Lilia Moritz Schawarcz;
Tradução, André Telles. Rio de janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

[8] Para mais informações a respeito da escola remota ver os trabalhos publicados no site da Associação Nacional de Pesquisa em ensino de História, realizado no XI Encontro Nacional perspectiva do ensino de História, em novembro de 2020. Disponível em: https://www.perspectivas2020.abeh.org.br/anais/trabalhos/trabalhosaprovados?simposio=243.

que sua resolução diferencia das anteriores por conta de sua uniformidade, pelas aprendizagens tidas como essenciais que todo o aluno deve adquirir ao longo de sua formação, assim os currículos estaduais devem está sintonizados com o referente documento. Somado a isso, suas diretrizes também impacta na formação inicial e continuada dos professores, dos sistemas avaliativos, da produção do livro, acoplando toda a estrutura do sistema escolar, o que nos leva a concluir, que ela não é apenas uma referência. Analisemos sua prescrição abaixo:

> Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN) referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das propostas pedagógicas das instituições escolares, a BNCC integra a política nacional da Educação Básica e vai contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação. (BRASIL, 2017, p.7)[9]

Do ponto de vista discursivo, a BNCC surge como um ato de "revolucionar" a educação, apresentada como sendo mais democrática e inclusiva, como aparece no seu texto acima, e seria apenas um referencial para a formulação dos currículos nos demais entes federativos. Todavia, quando ela traz as habilidades e competências, na qual torna a base comum em toda a educação Básica, rompe com a ideia de referência, por razão que os currículos escolares estabelecem uma única linha de orientação para todos os professores da escola básica a ser seguida. A própria implantação da Base Nacional Comum Curricular por ser um documento normativo deve ser respeitada ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da educação básica. É nessa linha de raciocínio que a presente investigação se direciona, partindo da perspectiva que a BNCC

---

[9] BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular III Versão**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 20 dez. 2017. Disponível em:http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 15 ago. 2019.

passa a impressão de um currículo, que supõe a prática, quando sugere o que o professor deve fazer e como fazer[10].

A visão filosófica e pedagógica de Saviani, sobre a educação colabora para várias reflexões do processo educacional do país, contribuindo para a problematização de algumas questões que estão sendo examinadas nessa pesquisa. Em relação às competências, observa o pedagogo:

> O empenho em introduzir a "pedagogia das competências" nas escolas e nas empresas moveu-se pelo intento de ajustar o perfil dos indivíduos, como trabalhadores e como cidadãos, ao tipo de sociedade decorrente da reorganização do processo produtivo. Por isso nas empresas se busca substituir o conceito de qualificação pelo de competência, e nas escolas, procura-se, passar do ensino centrado nas disciplinas de conhecimento para o ensino por competências referidas a situações determinadas. Em ambos os casos o objetivo é maximizar a eficiência, isto é, tornar os indivíduos mais produtivos tanto em sua inserção no processo de trabalho como em sua participação na vida da sociedade. (SAVIANI, 2013, p.437)[11]

As palavras de Saviani são bastante elucidativas, e vão ao encontro de nossa investigação. Assim as dez competências que definem as habilidades composta na BNCC, marcam a vinculação da escola com o mercado de trabalho, onde desenvolve atitudes e valores, no intuito de resolver demandas do cotidiano e do mundo do trabalho, fundamentadas nos subsídios da aprendizagem. Isso pode ser mais bem compreendido no momento que a base utiliza-se de uma valorização dos processos cognitivos que voltam para a percepção, atenção, memória e raciocínio, focando mais uma vez nas disciplinas de português e matemática como referências.

É inquestionável a relevância de reformas que almejem evoluções na educação, pois, a sociedade modifica-se o tempo todo criando sujeitos de acordo com seu tempo, e é importante que as escolas acompanhem essas mudanças que apresentam novos tipos de alunos. No entanto, a base não atende a esses novos perfis do educando, o que leva a necessidade de considerar novas reformulações e adaptações, haja vista que, sua configuração dar a impressão de fortes práticas voltadas para um ensino ideológico. O

---

[10] De acordo com o autor Goodson (1997), o currículo é uma construção social, uma vez que, a teoria e sua prescrição impacta na realidade do aluno, dos professores e do comportamento em sociedade.
[11] SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados,2013.

fato de três conselheiras não serem a favor da homologação diz muito de suas fragilidades.

Feito essas considerações, interessa-nos agora o contexto social em que a construção da BNCC estava inserida. O Brasil que estava sob o comando da presidente Dilma Rousseff, filiada ao partido dos trabalhadores (PT), passa por uma delicada manobra política, em seu segundo mandato de 2014, onde não é permitido colocar todas suas propostas em ação, uma vez que, surge um movimento contra o então governo, promovendo o seu afastamento pelo um golpe parlamentar, jurídico e midiático em um processo de impeachment. As bases para esse golpe remontam ao contexto de efervescência social, iniciado em 2013, com as manifestações de rua, e conclui-se com sua retirada do governo, em 2016[12]. Cabe frisar que até hoje não foi comprovado o crime de responsabilidade fiscal, o qual surgiu como motivo para esse impeachment, que acusou a presidente de pedaladas fiscais. Como não houve provas suficientes e a presidenta não foi condenada, reconhecemos como um Golpe de Estado.

Na constituição, em situações como essa assume o seu vice. No caso tornou-se presidente Michel Temer, que não tardou para propor políticas de cunho neoliberal impostas por contra-reformas[13], inspirados em modelo empresarial, principalmente, para as políticas educacionais. Não é por coincidência que a BNCC apresenta uma lógica empresarial em sua versão final. Os autores, Lombardi e Lima, trazem em seus estudos, uma leitura sobre esse momento articulando a educação com a reforma trabalhista, que lança elementos que se relacionam com que está sendo trabalhado, apontando que:

> Não por acaso, a Reforma Trabalhista do governo golpista de Michel Temer, somado a Lei 13.429/17, que autoriza a terceirização ilimitada e irrestrita, liberando a terceirização de "atividades fins" anteriormente protegidas desse artifício de intensificação da exploração da força de trabalho, são a base concreta para pensarmos as reformas educacionais anunciadas pelo MEC. Na atual fase de reestruturação flexível da base produtiva, a escola pública é

[12] O autor MEDEIROS(2018), no artigo, Regressão democrática na América Latina: do ciclo político progressista ao ciclo político neoliberal e autoritário,nos ajuda compreender esse processo de transição.
[13] No sentido colocado no texto, relaciona-se a reformas constitucionais criadas para viabilizar outras reformas que tinham mais cunho democrático.

> convocada pelo Estado golpista para adequar a classe trabalhadora aos ditames do mercado de trabalho. (LOMBARDI; LIMA, 2018, p.49) [14]

Nas palavras de Foucault, "Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos com os saberes e os poderes que eles trazem consigo" (FOUCAULT, 1999, p.44)[15]. Vejamos bem, o que acontece na transição desse novo governo. No governo da Dilma Rousseff é lançando um projeto que se constata na redação final, a lei nº 12.858 de 9 de setembro de 2013, que destina 50 % do recursos do Fundo Social do Pré-sal para educação e saúde por dez anos onde assim ficava , 75 % para educação e 25% para a saúde, que estava garantido até 2024, todavia é revogado pelo presidente Michel Temer, o que foi viabilizado com a PEC 241/2016 do " teto do gasto", que congela investimentos públicos por 20 anos. Isso é um problema, pois uma das finalidades da BNCC, como constatado em sua prescrição é orientar no investimento de infraestrutura pelos estados, tornando-se questionável essa medida[16].

A passagem de um governo para outro, com a entrada do governo Bolsonaro revela-se a continuidade ao projeto já iniciado com o golpe. Sua direção torna-se cada vez mais antidemocrática, como os ataques aos professores vindos dos defensores do projeto escola sem partido. Essa patente mostra o quanto esse período da produção de um currículo para a educação, concentrou atuação de medidas diretamente vinda do governo e não dos órgãos educacionais. Por mais, que a BNCC tem repercutido até sua obtenção final, muitos educadores não ver além do que se é colocado, principalmente, quando foi colocada essa fabricação em pauta, o Brasil passava por muitas tensões, tornando-se assim, muitas informações para digerir.

Em tese, com a BNCC as escolas devem se aperfeiçoar para proporcionar o desenvolvimento da resolução. A pressão que o espaço neoliberal tem exigido do

---

[14] LOMBARDI, José Claudinei; LIMA, Marcos R. Golpes de Estado e Educação no Brasil: A perpetuação da Farsa. In: KRAWCZYK, Nora; LOMBARDI,José Claudinei (Orgs.). O golpe de 2016 e a educação no Brasil. Uberlândia: Navegando publicações, 2018. Cap III, p. 47-62.

[15] FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5. ed. SP: LOYOLA, 1999.

[16] Para mais informações ver, Redação, da Promulgada Emenda Constitucional do Teto de Gastos Públicos (2016). Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/15/promulgada-emendaconstitucional-do-teto-de-gastos. Acesso em 24 de jun. 2020.

indivíduo para está adequado no sentido disciplinar esperado, faz com que as pessoas vejam a BNCC como uma forma de se tornarem mais "capacitadas" para o momento que se vive, reduzindo-se a isso, onde pouco se menciona sobre outro futuro. Em síntese, "o atual golpe na educação nada mais faz do que reeditar o (neo)tecnicismo que, alimentado pela guinada conservadora, assume ares autoritários de uma farsa que necessita se perpetuar." (LOMBARDI; LIMA, 2018, p.50)[17].

A partir das observações colocadas acima, nos alinhamos com Bourdieu e Passeron, que trabalham com o conceito de *Reprodução*, que colabora para refletir as questões levantadas. Os sociólogos utilizam-se desse termo para se pensar as estruturas das relações de poderes e as questões sociais. Nesse sentindo, pensando no princípio de perpetuação na estrutura da organização escolar, os mesmos nos falam de como pode haver a reprodução de uma cultura hierárquica para conservar tradições já herdadas, estabelecendo os saberes legítimos, a partir da manipulação do "eu" e do que se deve aprender, assim "um grupo ou uma classe produz aquilo que é digno de ser reproduzido, tanto por sua existência mesma quanto pelo fato de delegar a uma instância a autoridade indispensável para o reproduzir" (BOURDIEU;PASSERON, 2014, p.48)[18]. O Histórico da educação brasileira nos mostra, o quanto essa prática tem sido realizada para manter a ordem desejada[19].

> Definindo-se tradicionalmente o "sistema de educação" como o conjunto dos mecanismos institucionais ou habituais pelos quais se encontra assegurada a transmissão entre as gerações da cultura herdada do passado (isto é, a informação acumulada), as teorias clássicas tendem a dissociar a reprodução cultural de sua função de reprodução social, isto é a ignorar o efeito próprio das relações simbólicas na reprodução das relações de força (BOURDIEU; PASSERON, 2014, p.32)[20]

---

[17] LOMBARDI, José Claudinei; LIMA, Marcos R. Golpes de Estado e Educação no Brasil: A perpetuação da Farsa. In: KRAWCZYK, Nora; LOMBARDI,José Claudinei (Orgs.). **O golpe de 2016 e a educação no Brasil**. Uberlândia: Navegando publicações, 2018. Cap III, p. 47-62.
[18] BOURDIEU**,** Pierre; PASSERON, Jean- Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Tradução: Reynaldo Bairrão; revisão de Pedro Benjamin Garcia e Ana Maria Baeta . 7.ed. Petrópolis, RJ: Vozes , 2014.
[19] O pedagogo Saviane (2013), em sua obra História das ideias pedagógicas no Brasil, nos revela a partir de sua pesquisa que o percurso das ideias pedagógicas é marcado por interesses políticos.
[20] Ibid., p.32.

Diante de tudo que foi colocado, das mudanças que aconteceram na educação, podemos verificar as novas barreiras e desafios que a base apresenta. Esses desdobramentos estão intrinsecamente relacionados com as ideias de um governo conservador, onde lança de estratégias moldadas em princípios de produtividade. Basta lembrarmo-nos do que foi descrito na parte inicial dessa pesquisa, em que vimos um congelamento de investimentos para a educação, então se muda o currículo que desvaloriza o saber docente, mas, não há uma preocupação com a qualidade do espaço. Os problemas da fragilidade do ensino básico ainda são os mesmos, a falta de investimento, cabendo perguntar, que cidadania se busca alcançar. Por isso, devemos fazer uma alto-avaliação do que foi lançado, e do que se devem melhorar nas iniciativas educacionais posteriores.

3 DO PROJETO NACIONAL AO ESTADO DO CEARÁ: REFLEXOS DA BNCC NA PRESCRIÇÃO DO DCRC

Tendo sido homologado a BNCC em dezembro de 2017, de imediato as secretárias da educação dos estados passam a se organizar para a reformulação da BNCC de acordo com suas diretrizes, transformando assim parte do documento. No Ceará, o ensino fundamental, tem como resultado o Documento Curricular Referencial do Ceará (DCRC)[21], que deve ser implementado pelas instituições escolares dos 184 municípios, constituindo assim um regime de colaboração, em que o trabalho final acontece nos municípios.

Essas fases recebem a definição de um regime de cooperação pelo pacto federativo, estabelecido pela constituição brasileira (1988), que tem como finalidade garantir a educação de qualidade. De acordo com o Art. 211 “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino” (BRASIL, 1988, p.124) que se complementa com seus incisos, destacamos em especial, o inciso §4º “Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar

[21] CEARÁ. Secretária da Educação do Estado do Ceará. **Documento Curricular Referencial do Ceará**: educação infantil e ensino fundamental / Secretária da Educação do Estado do Ceará. - Fortaleza: SEDUC, 2019.

a universalização do ensino obrigatório" (BRASIL, 1988, p.124)[22]. Assim as medidas que envolvem o ensino, devem ser um trabalho coletivo.

Sobre essa perspectiva, o DCRC surge com respaldo na BNCC, para dar continuidade o propósito nacional, mas que deveria fazer novas adaptações de acordo com a necessidade de cada estado. Pretendemos, nesse texto, elencar a reformulação da BNCC no estado do Ceará através do DCRC, que se dedica teoricamente analisar sua construção do documento de forma sucinta. Nesse ínterim, os indicativos das mudanças, bem como as limitações e tropeços do documento irá nos orientar no desenvolvimento desse debate. Isso nos ajudará a fazer uma análise precisa da lógica da BNCC nas escolas dos estados.

Os responsáveis para o trabalho de aperfeiçoamento da BNCC no Ceará ficou a cargo da Secretária da Educação do Estado do Ceará (SEDUC) e o Conselho Estadual de Educação (CEE), tendo o acompanhamento da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME). O DCRC foi homologado em 2018, iniciando sua implementação em 2019. Seu processo de construção contou com a participação de consulta pública, realizado via plataforma online, no mês de agosto e outubro de 2018, tendo a colaboração de alguns professores, que depois passou por uma análise técnica para os resultados finais.

Toda a estrutura do documento do DCRC é norteada pelos princípios pedagógicos da Base Nacional Comum Curricular, não alterando os princípios gerais da mesma, em que em seu próprio texto se menciona recorrente vezes[23]. Fiquemos, por ora, na pedagogia das competências, abordagem inicial do documento do Ceará, que reforça a sua importância adotando-o como pilar para a garantia do direito à educação. Vejamos o que o parecer nos esclarece sobre os objetivos do DCRC, em relação à sua construção:

---

[22] BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. Disponível em:https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 20 de jan. 2021.

[23] CEARÁ. Secretária da Educação do Estado do Ceará. **Documento Curricular Referencial do Ceará**: educação infantil e ensino fundamental / Secretária da Educação do Estado do Ceará. - Fortaleza: SEDUC, 2019.

> É importante esclarecer que no Ceará, este CEE procurou preservar a autonomia das escolas e estabeleceu que o Documento Curricular Referencial do Ceará fosse fundamentado na BNCC, sem alterar os seus princípios gerais, assegurando os direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes, durante as etapas da educação infantil e do ensino fundamental. Este Documento orientará as redes e instituições de ensino do Sistema de Ensino do Estado do Ceará, sugerindo aos municípios que não possuem sistemas próprios, firmar com o CEE e Seduc um pacto de adesão em regime de colaboração, para implementação do Documento Curricular Referencial do Ceará (CEARÁ, 2018, p.13)[24]

Conforme as palavras do parecer, é reforçada a questão da cooperação entre os entes. Desse modo, o DCRC orienta as instituições do ensino no estado que está alinhado com a BNCC, que, por sua vez, dependendo do projeto político pedagógico (PPP)[25] de cada escola, serão de fato implementadas. Devido à pandemia do Covid-19 (2019) causado pelo o Vírus Sars- CoV-2, toda a rede de ensino ficou frágil, refletindo na efetivação do DCRC, que está apenas sendo consumido sem alterações. Os princípios gerais reportados no parecer tratam da questão da pedagogia das competências e suas habilidades, onde se faz presente na estrutura do documento do Ceará. São várias as permanências e familiaridade das diretrizes para com a BNCC. A linguagem atribuída ao DCRC, para a defesa do direito a educação faz-se o uso de palavras como, qualidade e equidade, fundamentando-se pelo documento da BNCC.

> O DCRC orienta no sentido de possibilitar o desenvolvimento de competências e habilidades. Assim sendo, ancorado na BNCC, apresenta indicações do que as estudantes/os estudantes devem “saber” (considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e, sobretudo, do que eles devem “saber fazer” (considerando a mobilização desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho). Para garantir o desenvolvimento das competências específicas, cada componente curricular apresenta um conjunto de habilidades. Elas estão relacionadas ao saber fazer uso dos diferentes objetos de conhecimento — aqui entendidos como conteúdos, conceitos e processos — que, por sua vez, são organizados em unidades temáticas (BRASIL, 2017). (CEARÁ, 2018, p.49).[26]

---

[24] CEARÁ. Conselho Estadual de Educação. Parecer nº 0906/2018. Fortaleza: CE, 2018. Disponível em: https://www.cee.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/49/2018/06/PARECERN%C2%BA-0906.2018-BNCC-.pdf. Acesso em 01 de mar. 2021.

[25] É um projeto que deve contar com a participação da comunidade escolar, para elaboração dos caminhos que deve seguir a instituição, sendo específico de cada escola. Ver. Art. 12, ao Art.14, da LDB (2020).

[26] CEARÁ. Conselho Estadual de Educação. Parecer nº 0906/2018. Fortaleza: CE, 2018. Disponível em: https://www.cee.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/49/2018/06/PARECERN%C2%BA-0906.2018-BNCC-.pdf. Acesso em 01 de mar. 2021.

Desse modo, as competências formam a base do documento, onde as limitações das aprendizagens essenciais são bem recebidas pelo documento do Ceará. Mesmo que sua abordagem adote temas transversais, não é muito fortalecido ao longo do documento. Parecem-nos que sua preocupação dar ênfase apenas no português e matemática, sendo observável ao longo do documento. Isso se deve aos exames nacionais, o que torna uma preocupação, pois, a desvalorização das outras disciplinas que já acontecem na BNCC, é reforçada ainda mais pelo o DCRC (CEARÁ, 2018, p. 81)[27].

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), mesmo depois da reforma ainda continua sendo o principal dispositivo a avaliar o desenvolvimento e qualidade escolar, com base em Português e Matemática. Na verdade, já que estamos tratando de reforma educacional, o correto seria a ruptura com tais prerrogativas. Fala-se de equidade como princípio norteador da prática dos documentos, que pressupõe que o DRCR com a definição de conhecimentos e habilidades, oferecem oportunidades para ingressar e permanecer na educação. Uma lógica totalmente equivocada, já que o problema de equidade não se encontra apenas no currículo, mas principalmente, no problema social e econômico de cada aluno, que afeta todo o seu desenvolvimento. Então, o documento em questão, não impõe tantas mudanças significativas, onde dar apenas continuidade ao projeto do sujeito empreendedor explícito na sua escrita vejamos:

> Propomos, portanto, que, por meio do eixo "Ceará do Conhecimento", possamos lançar bases sólidas para a construção de uma sociedade do conhecimento no estado. E, com esta medida, possamos introduzir, de forma efetiva, os pilares de uma economia moderna, de uma economia do Século XXI. Acreditamos que é esta a única forma de dar um salto de qualidade no perfil econômico do Ceará. (CEARÁ, 2018, p.31).[28]

Considerando os eixos temáticos do DCRC, adentramos no segundo propósito dessa análise, tomando como reflexão as adaptações feitas na História escolar[29] em relação aos objetos do conhecimento e os objetos específicos, que detalham e destacam

[27]Ibid.,p.81.
[28]Ibid.,p.31.
[29] A historiadora Bittencourt (2008), em sua pesquisa, Ensino de história: fundamentos e métodos, nos ensina analisar os documentos educacionais, observando seus métodos utilizados, contribuindo para a elaboração do ensino de História, mais crítica e próxima da realidade do aluno.

os conteúdos que devem ser estudados. Tomamos como base os estudos da História Local e Regional, já que o estado deveria reformular de acordo com seu cotidiano. Será que houve alguma aproximação da historiografia com a realidade de cada aluno? E a História Regional e Local, como ficou? São essas indagações que serão trabalhadas, no intuito de aprofundarmos a BNCC no currículo estadual, na composição do componente curricular de História[30].

Os objetivos do conhecimento, os eixos temáticos, as habilidades, assim como as competências, que aparece no DCRC no ensino fundamental II (6º ao 9º ano) é igual às que se encontram na BNCC, sendo acrescentados apenas três novos objetos de conhecimento em conjunto com as habilidades, próprias do estado durante toda esta jornada, estando todas as demais de acordo com a BNCC. Por essa razão, iremos analisar apenas os objetos específicos (tópico novo do estado), que dar o detalhamento e frisa os conteúdos, que devem ser trabalhados durante cada fase escolar.

Na tabela abaixo, verificam-se os conteúdos contemplados nos objetivos específicos de História na etapa do fundamental II, no DCRC. Os resultados obtidos deve-se a contabilização dos tópicos determinado nos objetivos específicos do documento, que apresenta os temas históricos que devem ser trabalhado ao longo de cada etapa escolar. Dessa maneira, os temas que aparecem na tabela são os destinados pelo o DCRC para estudos escolares. O total de objetos específicos representa o número de temas históricos que devem ser explorados pelos os docentes ao longo do ano letivo. As “outras temáticas” que se contabilizam na tabela, são temáticas voltada para a História da civilização, América, Brasil e História do Ocidente[31].

[30] Para mais informações sobre os eixos temáticos elaborados pela a Secretária de Educação do Ceará, ver o documento DCRC.
[31] A distribuição dos conteúdos do currículo do Nível fundamental II do estado do Ceará, encontra-se no documento do DCRC, fonte investigada por essa pesquisa.

Tabela 2- Temas históricos contemplados pelos objetivos específicos do DCRC

Série	Ceará	Nordeste	Gênero	Indígenas	Negros	Outras temáticas	Total dos objetos específicos
6º Ano	3	1	5	2	2	88	101
7º Ano	3	2	0	6	6	68	85
8ºAno	8	1	0	7	7	58	81
9º Ano	23	8	6	4	11	131	183

Fonte: Dados elaborados a partir da análise da autora (2021)

Como se evidência na tabela, a História do Ceará e Nordeste se encontram em um quadro de menos contemplados para a aprendizagem escolar Histórico[32], bem como os grupos, a história de gênero, indígena e negra, sendo que poderia ser dialogado com as outras temáticas, já que estamos tratando de sujeitos históricos[33]. Dever-se-ia propor suas conexões, da História do presente partindo da realidade do aluno, para alinhar as demais temáticas que também são igualmente importantes, no entanto, são mal organizadas para o entendimento da historiografia, e para o principal objetivo da história de fomentar a consciência histórica[34]. Como o professor tem um plano proposto também pela BNCC, ele é obrigado a segui-lo, podendo fazer adaptações, mas que não fuja do objetivo inicial. Assim, as possibilidades ficam limitadas pelo rol de conteúdos.

A historiadora Silveira, em suas pesquisas realizadas com estudantes da Universidade Estadual Vale do Acaraú- UVA, nos fala sobre um estudo recente que trata da História local:

> Em pesquisa recente desenvolvida por estudantes dentro da disciplina de História do Ceará II, constatou-se que os conteúdos de história do Ceará não

[32] De acordo com a historiadora Bittencourt (2004), nos saberes históricos ensinados na sala de aula, é fundamental estabelecer conhecimentos da história local de cada aluno, para que o mesmo aprenda história analisando o seu presente, desconstruindo a ideia de que a História representa uma leitura de objetos antigos.

[33] Com a escola dos Annales (1929), a historiografia passou analisar novos objetos de estudos, bem como a participação de diferentes sujeitos históricos. A obra, A História nova, de Le Goff (1990), nos permite analisar esse processo.

[34] Para Rusen (2011), a consciência histórica seria a compreensão do tempo, na qual estamos inseridos, e que pode ser entendido a partir das narrativas históricas.

> fazem parte do currículo da maioria das escolas do noroeste cearense, em nenhum nível. Os raros casos em que tais conteúdos são explorados nos aulões dirigidos a candidatos a exames vestibulares, que ainda cobram esses conhecimentos. Outro exemplo são professores que por conta própria inserem tais conteúdos nas suas aulas, nem sempre com uso de material didático. [...] Entre os principais argumentos para a negligência da História do Ceará na educação básica, estão a não inserção dela no currículo e a falta de material didático.Se considerarmos o número de profissionais com formação universitária, essa reclamação pareceria fora de lugar, se não soubéssemos que a produção acadêmica ainda fica restrita ás secretarias dos cursos e bibliotecas das universidades (SILVEIRA, 2018,p.100)[35]

Dessa maneira, tira-se como conclusão, que o documento DCRC reproduz boa parte do documento da BNCC, dado que poucas foram às alterações e adaptações. Assim, o sentido de orientação passa a ser o próprio currículo, estabelecendo vários obstáculos que aparecem principalmente para o professor de História, já que no momento presente as pesquisas apresentam novos objetos, que estão sendo totalmente desconsiderados. Apesar do Ceará se enquadrar como um estado dos níveis educacionais mais elevados no país, o seu sistema ainda é repleto de falhas, estando longe de um ensino realmente democrático, já que sua base visa apenas os exames nacionais e, consequentemente, desqualifica todas as disciplinas, o que se torna desafiador para os professores. Na próxima seção, será compreendido melhor sobre os impactos desses currículos no trabalho docente, onde nos debruçaremos melhor sobre sua efetivação nas instituições escolares.

3 IMPLICAÇÕES DO DCRC NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS PROFESSORES NO MUNICÍPIO DO MUCAMBO-CE

As dinâmicas de implementação da BNCC passam por três fases, como nos foi revelado no tópico anterior, onde o último tem a função de colocar sua prescrição em ação, refiro-me a etapa da responsabilidade dos municípios e, consequentemente, das instituições escolares, tendo como precursor o docente. É importante lembrar, que cada município, se preferir, também, pode fazer alguma adaptação ou aderir às diretrizes do

[35] SILVEIRA, Edvanir Maia da. História política na sala de aula : reflexões sobre ensino de História e poder local na educação básica. In: SILVEIRA, Edvanir Maia; Souza, Raimundo N. R.; LEAL, Tito Barros.(orgs).**História e ensino : fontes, métodos e temas**. Sobral: Edições UVA: Editora Sertão Cult, 2018. Cap 6, p.95-106.

DCRC, como foi à realidade em muitos municípios. Para esse acompanhamento foi realizado um questionário com os professores, partindo de um caso particular de um município do Ceará, conhecido como Mucambo, que ajudará a compreender a efetivação do DCRC e sua apropriação pelas escolas, bem como seus impactos no exercício pedagógico do professor de História.

A cidade de Mucambo-ce, pertence à região metropolitana de Sobral, ficando localizado há 300,5 km, de Fortaleza. No dia 12 de dezembro, desde ano estudado (2021), o município completou 68 anos de emancipação política, na qual antes pertencia a cidade de Ibiapina (serra de Ibiapaba). Sua extensão de terra corresponde aproximadamente a uma área de 190,5 km², que se distribui entre a sede (área urbana), e mais dois distritos, denominados, Carqueijo e Poço Verde[36]. A economia da cidade é formada pelo o trabalho voltado para agricultura, trabalhos na prefeitura e programas de transferência de renda realizada pelo o governo, como, o auxílio Brasil e aposentadoria.

Segundo o censo escolar de 2020 do IBGE[37], de uma população de 14.549 (2020), são estimados 116 profissionais da educação, que se encontram distribuídos entre as três etapas da educação básica das onze escolas do município do Mucambo. Seis dessas escolas são referentes aos anos finais do ensino fundamental (recorte da pesquisa), cinco delas são municipais e uma privada, contando com um total de setenta docentes dessa etapa. A nossa investigação se dar dentro de três escolas dessa composição, na qual os professores de História ensinam. Vale destacar que não iremos analisar profundamente as escolas, o estudo é voltado apenas para as políticas curriculares, no caso o DCRC, que possui o seu respaldo na BNCC. O questionário que é organizado por oito questões objetivas e três subjetivas, contou com a colaboração de quatro professores, que nesse texto reportaremos aos seus nomes, como professor, A, B, C e D, visando à preservação das suas identidades[38].

[36] INSTITURTO BRASILEIRO GEOGRÁFICO E ESTATICO (IBGE). 2020. Disponível em:https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/mucambo/pesquisa/13/78117. Acesso em 10 de agos. 2021.
[37] Ibid.
[38] O questionário foi aplicada de forma on-line pela a autora, aos professores do ensino fundamental II, do município de Mucambo, Ceará.

Das escolas analisadas uma delas pertence ao ensino privado chamado, Colégio Vicentina Freire, na qual o professor A ensina. As outras duas são escolas municipais, a Escola João Silvério de Azevedo, onde o professor B ensina, e por último a escola Antonio Ferreira dos Santos, onde atuam os professores C e D. Todas oferecem o ensino fundamental II, no turno da tarde, isso quando era presencial, já que as escolas tiveram que aderir o ensino remoto. O questionário foi feito em formato de formulário que era enviado para os professores, respeitando o distanciamento social. Pensando em realizar uma análise mais precisa sobre a BNCC, em sua forma prática, elaboramos as onze questões constituídas por três níveis, que explora suas multifaces. Com isso, analisa-se a participação dos professores de na elaboração do referido documento curricular, as mudanças no trabalho docente e, por último, analisa-se o nível de conhecimento dos professores de História sobre o currículo.

Reportemo-nos à historiadora Caimi, para compreender o papel do professor, e as influências de demandas gerais no exercício de sua profissão.

> É o professor quem interpreta a partitura do currículo para o ensino nas escolas e salas de aula, mas suas ações e decisões não se dão no vazio e sim num contexto institucional, como ensina Acosta (2013), cujas regras de funcionamento são estabelecidas tanto no seu interior quanto externamente a ele. Internamente, incidem as relações de poder vivenciadas pelo conjunto de atores da comunidade escolar (pais, gestores, funcionários, professores, alunos), ao passo que externamente o trabalho do professor é impactado pelas políticas educacionais e curriculares, pelos agentes de governo, pelas demandas da sociedade em cada época, pelo mercado editorial de produção de materiais escolares e, até mesmo, pela tradição. (CAIMI, 2015, p.116)[39]

Nota-se, que são vários os elementos que impactam na ação do professor, sendo o currículo um desses objetos, em que com as reformas e as transformações das políticas educacionais, ele se tornou decisivo para o ensino aprendizagem, afetando na autonomia do professor, verificado a partir das repostas iniciais do formulário. Na primeira questão, buscamos analisar se houve algum debate por parte da escola ou secretária no início de fabricação ou implementação da BNCC. Os quatros

[39] CAIMI, Flávia Eloisa. O que precisa um professor de História? . História & Ensino, Londrina, v. 21, n. 2, p.105-124jul./dez. 2015. Disponível em: https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/2865991/mod_resource/content/1/O%20que%20precisa%20saber%20um%20professor%20de%20Hist%C3%B3ria.pdf. Acesso em: 21 de jun. 2021.

professores das três escolas, afirmaram que sim, que houve um diálogo sobre o que vinha a ser a construção do mesmo[40].

Quando chega à segunda pergunta que complementa a primeira, objetivamos saber se os professores participaram da elaboração das versões da BNCC durante sua produção. Dos quatro professores, apenas o professor C, contribuiu com as versões da BNCC, já o professor B, tinha conhecimento das versões, no entanto não contribuiu em sua elaboração. Enquanto o professor A e D, não se encontravam por dentro de nenhuma versão, apenas quando lhe foi repassado nas escolas à versão final. Para uma maior compreensão vejamos o quadro abaixo, que apresenta as respostas dos professores, em relação ao que foi dito.

Quadro 2- Participação dos docentes nas versões da BNCC, durante sua fabricação**.**

SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DOS PROFESSORES NA PRODUÇÃO DAS VERSÕES DA BNCC	
Professores	**Resposta**
Professor A	Não, infelizmente não estava por dentro do processo das versões.
Professor B	Não, mas estava por dentro do processo.
Professor C	Sim, acompanhei todo o processo e colaborei no que pude.
Professor D	Não, infelizmente não estava por dentro do processo das versões.

Fonte: Própria autora (2021)

Os três professores que não tinham conhecimento das versões ou não contribuíram, não foram os únicos. Em vários municípios do estado, os docentes da educação básica não colaboraram para a formulação da BNCC, contando com uma participação maior dos docentes do ensino superior. Acreditamos se estes professores não participaram, deve-se muitas das vezes, porque não houve esse debate nas escolas como deveriam ter sido, ou a maneira exposta no pro-BNCC não foi clara. Também pela falta de estudos não realizados pelos professores, que talvez não fosse feito por questão de tempo, cansaço ou comodismo. Essa questão nos permite entender de que currículo está se tratando, sem verdadeiramente a participação dos professores, os principais mediadores do conhecimento[41].

[40] Todas as informações e questionamentos levantados nesse tópico é resultado de um questionário on-line aplicado aos professores do ensino fundamental II, do município de Mucambo, Ceará, pela a autora.
[41] Na obra, BNCC: tudo que você precisa saber sobre a Base Nacional Comum, do autor Abreu (2020), é possível compreender os conflitos existentes durante toda a elaboração da BNCC, e dos grupos que tiveram uma maior participação na sua fabricação.

Das mudanças ocasionadas pelo DCRC, consequente da BNCC, podemos verificar seus reflexos no trabalho docente. Em uma questão levantada, indagamos se houve mudanças no formato de preenchimento do planejamento das aulas, visando entender se os professores se sentiram afetado em suas atividades. O professor A e C, a partir de sua experiência afirma que houve mudanças, no entanto, simples, não exigindo muito trabalho. Enquanto o professor B e C divergem dos outros professores, afirmando que houve mudanças por conta das habilidades e competências, na qual eles devem preencher mais folhas, aumentando o trabalho. Assim houve um aumento do trabalho para alguns professores, enquanto outros acharam leves os planos, nos revelando que a BNCC impacta de maneira diferente em cada escola e em cada professor.

Quando os últimos nos falam que houve um aumento de trabalho, isso demonstra o quanto professor é sempre o afetado nas transformações das políticas educacionais. Ao invés de estimular o conhecimento dos alunos, os professores tornam-se, muitas vezes, vítimas do processo reprodutivo do sistema avaliativo, que o mesmo deve atender, o que revela o quão é perverso o sistema tecnicista. Outro fator a ser colocado, é que todas as escolas nas escolhas do livro didático, já estão passando pelas orientações advindas com a aprovação da BNCC. As alterações na estrutura das três escolas estão acontecendo desde o plano de aula e formações, até as ferramentas usadas pelos professores, como é o caso do livro didático que já se encontra em processo de adaptação.

Vale frisar, que partimos de professores de espaços bem diferentes, público e privado. Isso nos ajudará, ainda mais, a aprimorar nosso conhecimento sobre como a BNCC funciona em cada uma delas. No caso, de uma indagação levantada sobre se o professor teve contato ou participou de algum projeto da secretaria municipal para a adaptação da BNCC, nas instituições municipais todos os docentes B, C e D tiveram participação, enquanto na privada, o professor A, já recebeu feito o projeto com mudança no currículo. Assim a pública tem uma maior participação dos professores,

enquanto na privada os professores recebem tudo pronto, devendo segui-la rigorosamente.

A educação em seu sentido formador deve contar com toda a comunidade escolar. Alburquerque, em seu livro "O tecelão dos tempos", em que apresenta diferentes temáticas sobre o docente, assinala a crise da escola, consequente da crise do desprestígio do professor, que nos ajuda a compreender que a ausência da não colaboração com os currículos é muito simbólica.

> O desprestígio social do professor, da profissão docente, talvez tenha antecedido o próprio desprestígio social da escola, do ensino escolar. Talvez tenha sido um dos primeiros indícios de que a instituição escolar já não gozava da irrestrita legitimidade social que ainda se acreditava possuir. Este desprestígio social do professor não se materializa apenas na redução progressiva de sua remuneração em todos os níveis de ensino, mas no próprio desprestígio da profissão, na perda de status, de valor simbólico da profissão na vida social (ALBURQUERQUE,2018, p.234)[42]

No entanto, nossa intenção não é só fazer críticas, a BNCC ainda nos revela brechas para o professor na sala aula, mesmo que limitado. Essas brechas podem ser verificadas a partir das respostas dos professores pesquisados, onde é questionado se teve alguma exigência da gestão da educação para seguir a BNCC em relação aos conteúdos, os quatros professores, A, B, C e D, afirmam que sim, que devem seguir de acordo com a BNCC, todavia são livres para fazerem adaptações.

Nas questões voltadas sobre o ensino de História, todas foram objetivas, a fim de analisarmos se o professor conhece as propostas das competências e habilidades, que deve direcionar as aulas[43]. É muito importante entendermos se os professores da educação básica desenvolvem estudos sobre currículo, sem ser o da formação, e se há um acompanhamento aos diálogos que acontecem sobre as críticas à BNCC, afinal mesmo com todas as limitações das normas que devem ser seguidas é a linguagem utilizada pelo docente que opera às propostas curriculares. O quadro abaixo indica

[42] ALBURQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **O tecelão dos tempos**: novos ensaios de teoria da História. 1. ed. São Paulo: Intermeios, 2019.

[43] De acordo com Abud (2017), em sua pesquisa, Ensino de História e Base Nacional Comum Curricular: Desafios, incertezas e Possibilidades, as escolhas dos conteúdos de História foi marcado por conflitos. Isso nos leva a compreender que a determinação dos saberes essenciais na História apresentou disputas, que é resultado do seu valor simbólico na sociedade.

um diagnóstico dos conhecimentos que os docentes de História têm sobre o currículo atual.

Quadro 3- Ponto de vista de cada docente sobre as mudanças percebidas nos currículos.

MUDANÇAS QUE CADA PROFESSOR NOTOU NO CURRICULO ATUAL EM RELAÇÃO AOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAL (PCN) NA HISTÓRIA ESCOLAR	
Professores	**Resposta**
Professor A	Creio que a principal mudança foi à proposta de equalizar as metas de aprendizagem em todo o país, assim como o material didático que passou por uma reformulação para estarem em linha com as propostas da nova base comum, e com os quais nós professores tivemos que nos adequar.
Professor B	A BNCC é mais específica, determinando com mais clareza os objetivos de aprendizagem de cada ano escolar.
Professor C	A nova base comum curricular estipula diretrizes sólidas em relação aos conteúdos de cada disciplina a serem vistos em cada série do ensino básico. O que muda para os alunos é que agora serão dadas oportunidades iguais de aprendizado de norte a sul do país, equalizando-se metas de aprendizagem.
Professor D	A determinação mais clara dos objetivos de aprendizagem de cada ano escolar.

Fonte: própria autora (2021)

Interessa ressaltar que as mudanças apontadas por cada docente são muito semelhantes, direcionando-se para um mesmo elemento, que é a objetividade da aprendizagem em cada etapa do fundamental II, resultando na adaptação de todo o material didático e de cada professor. Em suas palavras dar a entender que essas mudanças são positivas, por estar mais claro o que se deve ensinar, facilitando a didática do professor, como também, passa-se a ideia de aprendizagem igualitária, o que merece atenção quando se trata da vulnerabilidade social econômica, já que está sendo realizadas apenas mudanças na organização escolar sem investimentos para projetos que garanta suporte a esses grupos.

O aluno que se encontra centralizado nesse processo, deve desenvolver o seu pensar histórico de acordo com as competências e habilidades específicas de sua fase, e não necessariamente de sua realidade. Parece-nos importante reiterar, a partir da observação do quadro, a redução da História apenas ao ensino de conteúdos, fugindo da ideia de uma construção do conhecimento, em que:

> Desta maneira, a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são depositários e o educador o depositante. [...] Eis aí a concepção "bancária" da educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guarda-los e arquivá-la. (FREIRE, 1974, p.37)[44]

Detenhamo-nos nesse ponto, em relação ao trabalho docente e as especificidades das competências e habilidades, como sentido bancário trabalhado pelo o pedagogo Freire. Através do quadro, verifica-se que no sentindo prático, a partir das experiências destes professores que lidam com a adaptação do currículo, que ainda não é claro seus objetivos para os professores, pois, nota-se a limitação do entendimento sobre a objetividade da BNCC. Se não analisado com atenção, pode parecer como ponto positivo, já que a formação escolar não faz crítica, ela apenas prepara o professor para adaptação. O exercício de educar está exigindo ainda mais tempo do professor, principalmente, com adoção do sistema remoto temporário. Isso reduz o tempo do mesmo para outras atividades, sobrecarregando-o, tornando-o mais frágil para o sistema que, às vezes não dar tempo de analisar o currículo, sendo forçados a usar da forma que ele vem. No entanto, é bom reforçar que é as escolhas dos professores que vai determinar a efetivação do currículo[45], por isso a importância do diálogo sobre essa temática.

Outra questão levantada para os professores, que complementa a anterior, é se o professor conhece e se apropriou das competências e habilidades do ensino de História, já que as escolas investigadas estão implementando o DCRC.

Quadro 4- Ponto de vista dos professores sobre as competências e habilidades.

EM RELAÇÃO AO ENSINO DE HISTÓRIA, COMO ELA APARECE NO CURRÍCULO DA BNCC E O QUE VOCÊ ACHA DAS COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DO MESMO?	
Professores	**Resposta**
Professor A	Vejo as competências e habilidades de forma satisfatória, creio que elas fornecem ao estudante boas ferramentas cognitivas que o capacitam a melhor compreender e interagir com a realidade que o cerca. Creio que as habilidades e competências - quando desenvolvidas plenamente - podem ajudar a ampliar a capacidade do aluno de ampliar a sua capacidade de interferir, fazer escolhas e propor soluções nas situações ao seu redor.

[44] Pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1974.
[45] Ver, Moreira, Antônio F. B. Currículo: novas trajetórias para a escola pública básica. Campinas, SP: Mercado de Letras,2004.

Professor B	O ensino de História alinhado à BNCC contempla dois pontos importantes: que os alunos possam aprender a relacionar o que aconteceu no passado com o presente, e que possam desenvolver uma visão crítica dos fatos. Sendo assim a maior mudança apontada está no papel do aluno no processo de aprendizagem: todos precisam aprender a pensar historicamente, tornando as competências e habilidades mais objetivas.
Professor C	O ensino de História alinhado à BNCC contempla dois pontos importantes: que os alunos possam aprender a relacionar o que aconteceu no passado com o presente, e que possam desenvolver uma visão crítica dos fatos. A maior mudança apontada está no papel do aluno no processo de aprendizagem: todos precisam aprender a pensar historicamente. Ou seja, a disciplina de História acaba mantendo algo que já é realizado pelos professores: um ensino crítico da realidade.
Professor D	Aparece de forma clara, onde o professor deve fazer a comparação do passado com o presente. As competências e habilidades amplia a capacidade do educando interferir, fazer escolhas e propor soluções.

Fonte: autora (2021)

É reforçado mais uma vez nas falas dos professores no quadro acima, um sentido positivo nas inovações curriculares com as habilidades e competências no ensino de História[46]. A objetividade da aprendizagem em relação à prescrição da área do conhecimento de História, da forma como se apresenta, é vista como facilitadora na capacitação do aluno a pensar historicamente, pois, segundo os quatro professores, a BNCC trabalha melhor com a leitura do passado e do presente. Mas, não nos passou despercebido, em que mais uma vez a fala de um está muito próxima do outro, bem como, também, do quadro anterior, o que nos permite compreender, que seus conhecimentos ainda são limitados em relação ao que se encontra na prescrição.

Encontramos também trechos iguais, entre o professor B e C, que trabalham em escolas diferentes, revelando que sua percepção sobre o currículo está baseada no que lhe é repassado nas formações municipais. Na verdade, talvez não haja ainda uma opinião própria elaborada sobre o que se encontra lá, até por que junto com essas mudanças educacionais, tem o impacto da pandemia que interferiu na atenção voltada para a BNCC, já que os professores tiverem que lidar com novos problemas, como a adaptação de suas aulas ao modelo remoto, por meio das tecnologias.

[46] Os autores Pereira e Rodrigues (2017), apresenta uma investigação sobre essas "inovações", no currículo de História, por isso, para mais informações, ver: PEREIRA, Nilton M; RODRIGUES, Mara Cristina de Matos, Ensino e Passado Prático: Notas sobre a BNCC. Jundiaí: Paco Editorial, 2017. Cap 2. p. 27-47.

Infelizmente, muitos professores da educação básica estão se tornando apenas reprodutores de um sistema, por que sua base sobre as políticas educacionais é advinda apenas da formação escolar, onde outros estudos não são buscados, se entregando ao que lhe são dados. Acreditamos que a cada dia, devido à desvalorização profissional, o ato de educar está perdendo seu encanto por muitos profissionais, tornando-os acomodados na realidade que lhe é posta. Uma mudança curricular radical em toda a estrutura escolar como a que vem sendo proposta, jamais será um ato insignificante, nela se encontra o currículo oculto[47] que se ampara todo o alicerce construído para suas metas reais.

Quanto aos eixos temáticos, os professores foram questionados se haviam notado alguma ausência em relação aos objetos da História. Os professores A, B e D, responderam que não tinham feito uma análise precisa. O professor C, ressaltou que sentiu ausência dos temas relacionados à diversidade. Desse modo, confirma-se o que foi falado anteriormente, que a base do professor sobre o currículo é direcionada pelos estudos realizados nas formações, uma vez que, apenas um dos quatros professores analisou os conteúdos sugeridos pelos eixos temáticos, o que se torna um problema, pois, veremos ao longo dessa pesquisa, que os professores veem a BNCC de maneira positiva. Mas, a maioria nem sequer fez uma análise precisa dos eixos temáticos, o que demostra que eles estão só reproduzindo, sem nem saber de fato as mudanças que estão acontecendo. Por isso, é importante termos a dimensão destes resultados, pois, alguns professores, ainda, que não verificaram a fundo os eixos temáticos, estão implementando na sala de aula, e ainda é atribuída como um currículo satisfatório.

O último ponto a ser considerado é o currículo que cada professor deseja para o ensino de História, caso a BNCC não seja suficiente. Para nossa surpresa, os professores A e D, consideram que a BNCC é suficiente no momento. Os professores C e D, falaram que a BNCC apresenta muitos pontos interessantes, no entanto, o currículo de História sempre vai necessitar de aperfeiçoamento e adaptação do cotidiano[48]. Assim, vemos

[47] Para a historiadora Bittecourt(2008), o currículo oculto, impõe normas e comportamentos nas escolas, mas não apresenta registros oficiais, ocupando assim um espaço simbólico nas dimensões do currículo.
[48] A historiadora Fonseca (2017), em sua obra, História & ensino de História, nos ensina a pensar o ensino de História por meio de sua historicidade, frisando na necessidade de entendermos o significado de

uma repartição enquanto as opiniões em relação ao novo currículo, e que faz parte da realidade nacional. O currículo ainda é algo muito novo e pouco estudado, e as informações que os professores têm são básicas, uma vez que, o currículo é constituído por várias páginas, e a pandemia dificultou o seu estudo, o que ainda precisa ser enfrentado pela maioria das escolas e seu corpo docente.

Quadro 5: Currículo que é desejado pelos professores

CURRÍCULO QUE CADA PROFESSOR DESEJA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA	
Professores	**Resposta**
Professor A	Acredito que a BNCC aborda muitos dos pontos cruciais no ensino de História.
Professor B	A BNCC abrange quase que totalidade do que é importante, mas sempre serão necessárias algumas adaptações por parte do professor no cotidiano.
Professor C	O que já vem pronto, mesmo que tenhamos dadas sugestões, sempre falta algo. O currículo de História sempre necessita de aperfeiçoamento. Resultado de imagem para bncc de História é suficiente A maior mudança apontada está no papel do aluno no processo de aprendizagem: todos precisam aprender a pensar historicamente. Mas, como disse essa forma de trabalho todos os professores de História já fazem essa forma de trabalho.
Professor D	No momento a BNCC para mim, é suficiente.

Fonte: autora (2021)

Cada professor consultado, a partir de suas experiências, elaborou pontos de vistas diferentes na utilização do currículo, uns olhando de maneira positiva, e outros, ainda com dúvidas sobre suas mudanças, o que é específico de cada um. Somente o professor da educação básica, principal mediador, pode nos dizer. Quando a pandemia for vencida, teremos imagens mais precisas sobre a implementação da BNCC, ou sobre novas transformações, haja vista que, o impacto da pós –pandemia ainda é uma incerteza para o campo da educação, pois, o mundo jamais voltará a ser como antes, já que nesse período temporário todas as escolas tiveram que se adaptar aos usos das tecnologias, que requerem outros estudos mais ampliados. Independente das opiniões, devemos ter em mente o que Paulo Freire nos ensinara:

ensinar História nas escolas, para que na sala de aula possamos alcançar estratégias de saberes mais elaborados.

> Nosso papel não é falar ao povo sobre a nossa visão do mundo, ou tentar impô-la a ele, mas dialogar com ele sobre a sua e a nossa. Temos de estar convencidos de que a sua visão do mundo, que se manifesta nas várias formas de sua ação, reflete a sua situação no mundo, em que se constitui (FREIRE, 1974, p.55)[49]

Desse modo, o DCRC foi recebido de maneira diferente por cada professor. Também foi possível verificar, que o espaço público e privado é marcado por diferenças em relação à sua organização. Nesse sentido, a implementação da BNCC nas escolas apresentam vários resultados. Com a pandemia, ainda não é possível ter uma visão precisa sobre os reflexos na atuação do professor. Por ora, a partir da observação das respostas dada por cada docente investigado, uma coisa é certa, as competências e habilidades seguem um modelo conteudista, que busca atender a demanda do sistema avaliativo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo da construção da BNCC, estando no estágio de implementação, como foi possível observar, apresenta mudanças significativas que está impactando a prática pedagógica e os saberes ensinados, em relação ao ensino de História. Vemos que a BNCC nasceu com um sentido de diretrizes, mas com a sua efetivação nos estados, como é o caso do Ceará, por meio do documento DCRC e, consequentemente, no município do Mucambo, assumiu uma configuração de currículo, pois foram poucas as alterações realizadas.

As competências e habilidades, sua principal inovação, trouxe uma série de questões a serem discutidas. A educação passa com este documento normativo a ganhar um novo sentido na sociedade, tendo a pedagogia do desempenho como seu principal alicerce. Assim propõe, o aperfeiçoamento da educação com relação ao mercado de trabalho, modificando toda a estrutura da educação básica, que passa a se fundamentar em uma formação escolar voltada ainda mais para o sistema avaliativo.

[49] FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

No caso da História, verificamos a desvalorização de sua área, que permanece reforçando a ideia de uma ciência conteudista e memorialística. As pesquisas recentes, como os estudos decoloniais, que apresenta a História com uma nova perspectiva se encontra ausentes nessas seleções, onde se faz respaldo a uma História sobre os moldes ocidental e geral. Isso foi nos revelado nos dados analisados sobre os eixos temáticos da BNCC e DCRC e, igualmente, em uma fala de um dos professores investigados.

Ao analisar todo o percurso da BNCC, desde a produção a sua implementação no estado do Ceará e no município de Mucambo, podemos compreender as mudanças e continuidades de sua prescrição. Mesmo a BNCC, deixando livres as adaptações de acordo com a situação de cada Estado, vemos no DCRC, uma reprodução do documento, aparecendo poucas inovações. Evidentemente, houve algumas adaptações, como surge no DCRC um espaço reservado para temas de diversidade, que não se faz presente na BNCC. No entanto, sua maior falha, é seu foco apenas ao português e matemática, dando uma maior importância a ambas as disciplinas, e desprezando as demais em sua própria prescrição.

No município Mucambo, compreendemos como se deu a passagem da prescrição à prática. Conforme se verificou, o principal sujeito a ser afetado com essas mudanças e continuidades, foram os docentes. Infelizmente, muitos professores não conseguem sair dos muros da escola, tendo ainda uma visão limitada dessas mudanças, já que no próprio chão da escola não há essa exploração. Cabe a cada profissional da educação se capacitar e aproveitar as brechas que existem, e que foram reveladas na pesquisa. Com isso, é necessário primeiramente termos a noção da importância do currículo, para depois cobrarmos medidas que dialoguem melhor à prescrição dos documentos educacionais.

Desse modo, esperamos que essa pesquisa contribua para uma leitura mais detalhada da BNCC, em relação à História escolar. Problemas com as políticas educacionais, sempre existiram, não podemos nos desaminar com algumas mudanças, e sim aproveitar as brechas que elas oferecem para tentarmos reformulá-la. A reforma de um currículo é importante e necessária, o que a BNCC necessita é de um alinhamento com a prática docente, rompendo com a ideia de que apenas o português e matemática são importantes, bem como, superar o sentido conteudista que ela ainda apresenta.